

# A teoria marxista da História e as sociedades pré-capitalistas

Vicente Gil da Silva<sup>1</sup>

O tema deste artigo insere-se em uma polêmica que vem se desenvolvendo há algum tempo, tanto no interior da tradição marxista quanto fora dela. Afinal de contas, é possível que o materialismo histórico ofereça uma explicação satisfatória sobre as sociedades anteriores ao capitalismo? Sabemos que Marx e Engels dedicaram um bom tempo de seus estudos à análise deste tema, parecendo, portanto, vazio de significado propor uma discussão neste sentido. Seja como for, vários autores refutam, em parte ou completamente, a validade do marxismo para este fim, e outros tantos defendem a sua aplicação a diferentes formações sociais precedentes à ordem burguesa européia, desconsiderando certas particularidades do método marxiano de análise da sociedade.

Dentre aqueles que refutam *in totem* as categorias de Marx para a análise de sociedades pré-capitalistas encontram-se especialmente os historiadores de inspiração weberiana. Em relação ao mundo antigo, Sir Moses Finley, por exemplo, considera que uma abordagem de classe apresenta “óbvias dificuldades” para qualquer análise efetiva. Revelando uma surpreendente incapacidade para entender até mesmo algumas das noções mais elementares da teoria das classes sociais em Marx, Finley chega à conclusão de que esta “*não parece ser uma maneira muito sensível para analisar a sociedade antiga*”.<sup>2</sup> Semelhante postura é partilhada por outro consagrado historiador britânico, Lawrence Stone, ao afirmar que a teoria da “guerra de classes” marxiana possui aplicabilidade “apenas limitada” ao estudo do século XVII – período ao qual ele dedica grande parte de seus trabalhos – e “*distorce seriamente a realidade social dos períodos anteriores*”.<sup>3</sup>

Por outro lado, há aqueles que afirmam a aplicabilidade da teoria marxiana para o estudo de sociedades anteriores à burguesa, desconsiderando a totalidade do método dialético de Marx. Desse modo, propõem que a partir de certas categorias tomadas isoladamente, especialmente a de modo de produção asiático, seria possível oferecer uma explicação convincente sobre elas. Especialmente após a publicação dos *Grundrisse*, muitos estudiosos sentiram-se autorizados a estender a capacidade explicativa desta categoria a diversas regiões e aos primórdios da humanidade, acabando por gerar, nas palavras de um

importante crítico, uma “*enorme inflação da extensão do conceito*” e um “*asiatismo*” onipresente.<sup>4</sup>

O objetivo deste texto é demonstrar que o marxismo pode explicar satisfatoriamente sociedades anteriores ao capitalismo, particularmente no que concerne aos processos de mudança histórica, porque representa a teoria que oferece o *método* mais adequado de análise. Para tanto, farei uma breve discussão sobre a postura de Marx e Engels em relação às sociedades pré-capitalistas e alguns ligeiros apontamentos sobre o método de análise por eles elaborado. Logo em seguida, apresentarei, também de forma breve, os argumentos de um historiador que, a meu ver, melhor defendeu a aplicabilidade do marxismo para o entendimento do tema aqui proposto: a obra seminal de G. E. M. de Ste. Croix sobre o mundo antigo.

## A postura de Marx e Engels em relação às sociedades pré-capitalistas: concepção de história e método

Todos os grandes pensadores se dedicaram ao estudo de um grande objeto, e com Marx não foi diferente. A sua grande preocupação foi desvendar os segredos da gênese, da consolidação, do desenvolvimento e da crise da ordem burguesa. Embora tenha realizado inúmeros estudos sobre sociedades anteriores a ela, o enfoque marxiano não deixa lugar a dúvidas: seu objetivo é entender a sociedade capitalista. Como se sabe, para atingir este objetivo, o pensador alemão reuniu um vasto arsenal teórico e empírico, absorvendo os avanços de toda a tradição de pensamento progressista do Iluminismo, da filosofia clássica alemã e especialmente da Economia Política. Por meio da crítica especialmente destas duas últimas, Marx pôde realizar a síntese, verdadeiramente global, que lhe permitiu avançar para além dos limites inerentes às proposições dos pensadores ligados a estas e outras correntes.

Para esclarecer alguns aspectos que envolviam o nascimento da sociedade burguesa européia, Marx fez inúmeras pesquisas sobre formas sociais anteriores a ela, na tentativa de entender sobretudo o processo histórico que levou à dissolução do feudalismo e à formação do modo de produção capitalista. O capítulo 24 de sua obra maior, *O capital*, versa sobre a acumulação originária de capital, isto é, o estudo de processos econômicos e extra-econômicos que tornaram possível a separação dos trabalhadores da propriedade das condições de realização do trabalho, criando as condições para a liberação dos servos da gleba senhorial e sua posterior transformação em força de trabalho assalariada.

<sup>1</sup>Professor de Teoria da História da Universidade Federal do Acre

<sup>2</sup>FINLEY, Moses. *The Ancient Economy*. Berkeley: University of California Press, 1973. p. 49. A tradução é minha.

<sup>3</sup>STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa (1529-1642)*. Bauru: EDUSC, 2000. p. 109-110.

Além disso, várias passagens contidas nesta mesma obra aludem às formas de propriedade da terra ou de exploração do trabalho no mundo greco-romano e entre as comunidades germânicas. Assim, o pensador alemão tinha a intenção de demonstrar principalmente o processo de transição histórica que levou à dissolução do escravismo clássico e a posterior formação da ordem feudal. Nos *Grundrisse*, as reflexões sobre as comunidades primitivas enfatizaram as formas de propriedade do solo existentes em diferentes regiões do mundo, assim como os caminhos distintos que levaram à formação das sociedades de classe na Europa e fora dela.

Mas o que permitia este movimento de análise em direção ao passado pré-capitalista não era apenas um esforço de entender o processo de gênese de alguns aspectos constitutivos da ordem burguesa. Tão importante quanto este aspecto, seu intuito era desvendar os mecanismos de transformação que explicassem, em sua especificidade, as razões que levaram à afirmação do modo de produção capitalista na Europa Central.

Assim, a sociedade burguesa é encarada como forma social específica e sem precedentes, cuja emergência pode ser explicada como resultado de um processo histórico extremamente complexo e de longuíssima duração. Mas a sua teoria não se limita a apresentar determinações que digam respeito somente à ordem burguesa: algumas delas demonstram-se verdadeiramente universais, comuns a qualquer época histórica. O maior exemplo disso é o reconhecimento de que o homem é um ser prático e social, tal como apresentado em suas *Teses sobre Feuerbach*.

A atividade prática fundamental dos homens é a produção material de seus meios de existência. Isto significa que, para poderem existir, os homens terão de produzir os bens indispensáveis para sua vida – comida, bebida, moradia, vestimenta, etc. – por meio da transformação da natureza, isto é, através do trabalho. Como afirmaram Marx e Engels,

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, uma condição fundamental de toda a história que ainda hoje, como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.<sup>5</sup>

Mas os nossos autores chamaram atenção para o fato de que este é somente o primeiro ato histórico. Não disseram, em nenhum momento, que se tratava do único, nem que devesse constituir um exclusivo foco de análise teórica, pois ambos tinham plena consciência de que a vida humana não se resume a garantir suas condições materiais de existência, embora isto seja fundamental. Por isso, fizeram questão de ressaltar que “o segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já

adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico”.<sup>6</sup> Como os homens incessantemente criam novas necessidades histórico-sociais e possibilidades para realizá-las, os homens se autotransformam neste processo de produção material de sua vida social, o que evidencia o caráter essencialmente dinâmico da história humana. Em outras palavras, a vida social é muito mais rica e complexa do que a garantia da satisfação das necessidades materiais, ainda que estas sejam fundantes das outras criações humanas.

Esta transformação dos homens deve-se ao fato de o trabalho ser uma atividade intencional. Nesse sentido, o trabalho é uma prática conscientemente orientada a um fim, ou do contrário seria apenas um ato instintivo. Como afirmam Marx e Engels, “no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existia na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente”.<sup>7</sup> A capacidade humana de antecipar na consciência os resultados de sua ação sobre a natureza permite concluir que se trata de uma atividade teleologicamente orientada. Como a práxis laborativa é a categoria fundante do ser social, isso significa que todo ato humano, não somente àquele ligado diretamente ao trabalho, é uma atividade consciente, cujos objetivos são previamente traçados, no plano das idéias, pelos homens. E como suas necessidades mudam incessantemente, os homens, por conseguinte, “mudam sua própria natureza”.<sup>8</sup>

Contudo, apesar do caráter teleológico dos atos singulares dos homens, a história humana não é teleológica. Marx alertava para este aspecto fundamental em uma de suas mais famosas assertivas: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.<sup>9</sup> Esta afirmação deixa claro o fato de que a história humana anterior exerce pressões determinantes sobre as ações humanas presentes e, portanto, o resultado da interação destas ações não pode ser, de forma alguma, teleológica.

Na realidade histórica, os atos singulares dos seres humanos se relacionam de forma causal, colocando-se para estes homens uma série de possibilidades históricas para a realização de seus projetos, assim como também limites a ela. Ao mesmo tempo, como as ações humanas não são predeterminadas, os processos de transição histórica são altamente complexos, e seus resultados dependem da ação humana consciente. O fato de que os homens sejam herdeiros de uma história passada significa que existe um encadeamento “necessário” na história, independentemente das vontades individuais ou do que os homens pensem sobre isso.

<sup>5</sup>Idem, p. 33.

<sup>7</sup>MARX, Karl. *O capital* – crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol I, tomo I. p. 149-50.

<sup>8</sup>Idem, p. 149.

<sup>9</sup>MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 329.

<sup>4</sup>ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 485.

<sup>5</sup>MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 33.

A razão para uma tal postura diante da história é bastante clara. Para Marx, é a realidade social o critério primordial para verificar a efetividade ou não de determinado processo. O pressuposto básico de tal atitude – materialista – é o reconhecimento de que a realidade social é anterior ao pensamento, e isto constitui a essência da abordagem ontológica que Marx confere aos seus estudos. A prioridade ontológica do ser sobre a consciência, sem derivar hierarquia de valores entre estas duas esferas, significa que a exata compreensão sobre o desenvolvimento da história humana deve começar exatamente pela sua forma mais desenvolvida: a sociabilidade burguesa. Para o pensador alemão,

A sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. Portanto, as categorias que expressam suas relações e que possibilitam a compreensão de sua estrutura permitem, ao mesmo tempo, a penetração na estrutura e nas relações de produção de todas as formas passadas de sociedade, sobre cujas ruínas e com cujos elementos a sociedade burguesa foi construída, e das quais ela traz consigo resíduos parcialmente ainda não superados, enquanto aquilo que estava apenas esboçado desenvolveu-se em toda a sua significação, etc. A anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco. Ao contrário, o que nas espécies animais inferiores esboça algo superior só pode ser compreendido se a forma superior já for conhecida. A economia burguesa fornece assim a chave para a economia antiga, etc.<sup>10</sup>

Diferentemente das teses positivas, afirma Netto, “é o mais complexo que esclarece o menos complexo”.<sup>11</sup> Marx, naturalmente, não conferiu nenhum conteúdo teleológico no sentido de identificar no início de um determinado processo um fim pré-estabelecido. Mas isto não impediu que fossem dirigidas críticas contra esta concepção, advindas especialmente de uma historiografia de corte pós-moderno. Segundo estas visões, o próprio termo “pré-capitalista” já seria um claro indício de um pensamento teleológico, sugerindo que em Marx haveria uma visão de que todas as sociedades se dirigiriam inevitavelmente ao capitalismo. Ele próprio afirma, algumas linhas após a citação acima destacada, que não se pode estudar a evolução histórica “conforme a maneira dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade”.<sup>12</sup> Mas isso não impede que alguns autores divulguem “interpretações” como estas, uma vez que desconhecem a essência do método dialético e materialista de Marx.

Numa perspectiva causal da história, o existente é compreendido como uma síntese complexa de

possibilidade e realidade, como uma totalidade concreta em constante evolução, submetida a leis objetivas que independem das vontades individuais e mesmo da capacidade de apreensão cognitiva deste processo por parte dos homens. Marx segue a tradição do racionalismo iluminista, incorporando a razão dialética como eixo constitutivo de sua análise justamente porque esta é um componente fundamental da própria realidade social. O modo dialético de compreender o existente supõe a racionalidade imanente ao desenvolvimento da realidade, aspecto que já havia sido claramente concebido por importantes pensadores anteriores a Marx.

Engels resume esta concepção com as seguintes palavras:

Na história da sociedade (...), os agentes são exclusivamente homens dotados de consciência, que atuam com reflexão ou paixão, buscando fins determinados; nada acontece sem intenção consciente, sem meta desejada. (...). Os objetivos das ações [humanas] são produtos da vontade, mas os resultados, que realmente decorrem das ações, não são voluntários ou, então, quando parecem mesmo corresponder inicialmente aos objetivos da vontade, eles acabam tendo conseqüências bem outras do que as pretendidas. Grosso modo, os acontecimentos históricos aparecem, assim, como também dominados pelo acaso. Onde, porém, o acaso joga o seu jogo na superfície, aí ele é sempre dominado por leis imanentes ocultas, e só se trata de descobrir estas leis. Os homens fazem a sua história, seja lá como for que ela resulte, à medida que cada um persegue os seus próprios objetivos conscientemente intencionados, e os resultados dessas muitas vontades agindo em diferentes direções e os seus múltiplos efeitos no mundo exterior são, precisamente, a história.<sup>14</sup>

Como exemplo disso, podemos citar o caso dos revolucionários jacobinos franceses, que jamais tinham previsto que suas ações e projetos teriam como resultado o estímulo à criação das condições necessárias para a posterior consolidação do modo de produção capitalista. Mas, de fato, foi exatamente isto que aconteceu. Uma análise que vá além das aparências dos fenômenos revelará as conexões causais (ocultas, no mais das vezes, como afirma Engels acima) que levaram à emergência desta nova forma social na França. Portanto, de modo algum pode-se reputar a Marx uma concepção teleológica de história. Esta postura, como bem salientou uma autora que estudou este tema, é típica de Weber.<sup>15</sup>

Assim, o conhecimento da forma social burguesa, a última e mais dinâmica das sociedades de classe possível, constitui um adequado ponto de partida

<sup>10</sup>FERNANDES, Florestan (org.). *Marx Engels* – história. São Paulo: Ática, 1983. p. 414.

<sup>11</sup>NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente* – contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 1998. p. 57.

<sup>12</sup>Fernandes, op. cit., p. 414.

<sup>13</sup>Sobre este aspecto, ver COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

<sup>14</sup>Fernandes, op. cit., p. 476.

<sup>15</sup>Sobre este tema, ver WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo* – a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.



para a análise de sociedades anteriores a ela. Por ser a forma mais desenvolvida, ela explicita certos elementos que em formas anteriores aparecem apenas como gérmen, e sua maturação é fruto de uma transformação sem precedentes, regida por legalidades objetivas que quase nunca são perceptíveis à primeira vista mas que acabam por se impor. Mas, é claro, isto só é válido para aqueles que definem a realidade como critério de verificação último da efetividade ou não de um processo.

Marx e Engels tinham plena consciência do caráter histórico da sociedade burguesa, tanto do ponto de vista de seu surgimento quanto das possibilidades de sua superação. Neste preciso sentido, como o seu objeto de estudo está em constante transformação, isso significa que muitas de suas proposições terão de ser reelaboradas, pois a sua ênfase teórico-metodológica é conferir prioridade ao movimento real do objeto. Esta determinação teórica era bastante clara para ambos, e foram explicitadas em algumas de suas obras. Um exemplo desta postura pode ser encontrado no prefácio à edição alemã de 1872 do Manifesto Comunista. Neste texto, é feita uma referência às condições sócio-históricas que haviam se “*alterado muito nos últimos vinte e cinco anos*” em relação à data de publicação original do documento – 1848. Assim, propuseram que boa parte do programa político do Manifesto estaria naquele momento, “*num passo ou noutro, antiquado*”,<sup>16</sup> ainda que tenham destacado a vigência das teses principais deste documento.

Por conseguinte, para Marx e Engels a teoria é a reconstrução, no plano das idéias, da dinâmica real do objeto. Suas explicações não são constructos teóricos concebidos *a priori* e depois aplicados à realidade social. De fato, o movimento é justamente o inverso: é a partir das determinações reais do objeto – de sua gênese, das relações, de suas contradições e seus processos de mudança – que se reconstrói, no plano da consciência, o seu movimento real, inclusive as suas categorias explicativas. Neste sentido, o arcabouço teórico de nossos autores é receptivo e aberto ao objeto sobre o qual se debruça e, portanto, é inconcebível aos pensadores alemães uma elaboração teórica que independa da natureza do objeto que se está a pesquisar.

Este ponto é importante porque se trata de demonstrar o cuidado que Marx e Engels sempre tiveram em demonstrar que uma teoria não pode ser aplicada de maneira arbitrária, sem respeitar as determinações particulares de cada objeto de estudo específico. A teoria, enquanto reprodução, no nível das idéias, da dinâmica real do objeto, é assim concebida por fazer referência a uma realidade que é ontologicamente anterior ao sujeito que pesquisa e, evidentemente, à teoria que elabora. Esta, portanto, sempre faz referência a uma realidade específica, não constrói categorias auto-referenciadas: todos os pressupostos fundamentais dela podem e devem ser empiricamente verificáveis na realidade, não sendo, portanto, elaboração restrita apenas ao cérebro de seus criadores, como é o caso de muitas das filosofias alheias

ao marxismo. As próprias categorias são, portanto, traços constitutivos do movimento do objeto.

Tendo esta precaução sempre em mente, muitos estudiosos do marxismo defenderam a pertinência da análise marx-engelsiana para a explicação de sociedades anteriores ao capitalismo, ainda que esta tenha sido apresentada com referência à ordem burguesa. Uma das mais frutíferas abordagens com relação a este tema pode ser encontrada na vasta obra de G. E. M. de Ste. Croix, cujo principal objetivo é demonstrar a validade de tais conceitos para o entendimento do mundo antigo.

### Geoffrey de Ste. Croix e a capacidade explicativa do marxismo em relação ao mundo antigo

G. E. M. de Ste. Croix é um dos historiadores que apresentam os argumentos mais consistentes na defesa da validade do instrumental marxista na análise de formas sociais precedentes ao capitalismo.<sup>17</sup> A importância de sua obra deve ser ressaltada também pelo fato de apresentar uma característica que boa parte dos historiadores – marxistas e não-marxistas – perdeu nos últimos tempos: o rigor da análise teórica. Ainda que em alguns momentos sua leitura do marxismo apresente equívocos, é digno de nota o alto nível de sua discussão teórica, especialmente em tempos em que viceja um brutal empirismo nos estudos da área de história.

Sua análise marxista da sociedade antiga baseia-se em três premissas fundamentais. A primeira delas diz respeito à “*análise da sociedade da polis grega notavelmente parecida*” de Marx e Aristóteles, embora o historiador britânico declare-se distante dos historiadores que “*por instinto ou por preconceito insistem em definir a sociedade que estão investigando pelos termos adotados por sua própria classe dominante*”.<sup>18</sup> Segundo o nosso autor, Aristóteles defendia que o homem agia politicamente de acordo com a sua posição econômica, e isso constituiria uma clara semelhança com as propostas de Marx. Assim, apoiando-se no pensamento do filósofo grego, sente-se seguro para afirmar que longe de ser uma “*aberração anacrônica (...), o conceito de classe econômica como fator básico da diferenciação da*

<sup>17</sup>Este mérito da obra de Ste. Croix é reconhecido até mesmo por autores que defendem, dentro da tradição marxista, uma interpretação distinta da sua, como Ellen Meiksins Wood. Enquanto Ste. Croix afirma que a chave explicativa da ascensão e da crise do mundo greco-romano deve ser buscada na relação entre senhor de escravo e escravo, Wood sustenta que a ênfase correta deve recair sobre a relação entre senhores proprietários de terra e camponeses livres. Ainda assim, ela reconhece que a abordagem de Croix “é importante para contestar certas objeções à aplicação de uma análise de classe à Antiguidade Clássica”. Ver WOOD, Ellen Meiksins. “Landlords and Peasants, Masters and Slaves: Class Relations in Greek and Roman Antiquity”. *Historical Materialism*, volume 10:3 (17-69). (Há um texto disponível em português – ver nota 14 – no qual a autora defende o mesmo ponto de vista). Uma análise sobre a viva polêmica suscitada por Wood mereceria um texto a parte, não sendo possível neste espaço desenvolver as implicações de sua argumentação. Para uma crítica à visão de Wood, ver ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>18</sup>STE. CROIX, G. E. M. de. *Class Struggle in Ancient Greek World – from the Archaic Age to the Arab Conquest*. Ithaca: Cornell University Press, 2000. p. 79.

<sup>16</sup>MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 21.

*sociedade grega e a definição de suas divisões políticas resulta corresponder de maneira surpreendente com os pontos de vista dos próprios gregos*".<sup>19</sup>

A segunda razão apontada por Ste. Croix é que o próprio Marx era um estudioso do mundo clássico. A começar por sua tese de doutoramento, na qual versa sobre as diferenças da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro, o pensador alemão sempre demonstrou um vivo interesse pela Antiguidade, fosse em suas obras ou em algumas de suas cartas. No volume I de *O capital*, por exemplo, Marx cita, mais de uma dezena de vezes, exemplos relativos à realidade da sociedade greco-romana para ilustrar alguns de seus argumentos. Frequentemente, sua obra faz referências (muitas delas em grego e latim) a inúmeros autores antigos: Ésquilo, Dionísio de Halicarnasso, Heródoto, Homero, Hesíodo, Isócrates, Luciano, Políbio, Plutarco, Estrabão, Xenofonte, Sófocles, entre outros. E foi estudando Aristóteles que Marx, por exemplo, reforçou ainda mais a sua visão de que a teoria deveria reproduzir a verdade no nível do pensamento, segundo Ste. Croix. Em relação à Tucídides, o historiador britânico afirma que Marx reforçou suas concepções sobre as relações entre indivíduo e sociedade a partir da leitura da obra do historiador grego.

Em terceiro lugar, Ste. Croix ressalta que o pensador alemão propôs, acima de tudo, "*uma análise da estrutura da sociedade humana, em seus estágios sucessivos, que iluminam certos aspectos de cada um desses estágios – tanto do mundo grego quanto dos séculos XIX e XX*".<sup>20</sup> Tal assertiva trata-se claramente da mesma postura que, em sua essência, Marx e Engels elaboraram, conforme demonstrado acima.

O argumento fundamental de Ste. Croix não deixa lugar a dúvidas. O âmbito de validade de certas determinações da teoria marxiana extravasam a época histórica para a qual foram elaboradas – a sociedade burguesa. Neste sentido, a principal delas diz respeito à natureza da sociedade de classes, sobre a qual Ste. Croix apresenta os elementos essenciais da transição das sociedades primitivas para aquelas que, na Europa, deram origem à sociedade de classes, cujo exemplo típico é a Grécia.

Assim, Ste. Croix apresenta o fundamento desta transição com base em cinco pressupostos, todos eles extraídos de Marx, com o objetivo de conferir sustentação a sua análise de classe sobre o mundo antigo. Em primeiro lugar, "*o homem é um animal social, como diz Marx nos Grundrisse, um animal que pode se desenvolver enquanto um indivíduo singular em sociedade*"; segundo, "*a primeira tarefa do homem em sociedade é a de organizar a produção, em sentido lato (...)*"; terceiro, pelo simples fato de viver em sociedade e de organizar a produção, o homem entra necessariamente em um sistema determinado de relações sociais e econômicas, às quais Marx se refere chamando-as de "relações de produção" e "relações sociais de produção"; 4) "*em uma sociedade civilizada como a dos gregos*

*antigos ou a nossa, os produtores das reais necessidades têm de produzir um excedente além do que eles mesmos possam realmente consumir*"; 5) "*a extração e perpetuação da extração de tal excedente levou na prática à exploração, sobretudo à dos produtores agrícolas de bens primários*".<sup>21</sup>

Tal argumentação, a meu ver, absorve o essencial das teses fundamentais de Marx e Engels sobre a transição da sociedade sem classes para a de classes. Ste. Croix assim define a chave analítica para o entendimento deste processo:

Em uma tribo coletora e caçadora primitiva, a mera provisão diária de comida e outras necessidades imediatas e de defesa contra feras e outras tribos, e assim por diante, pode ser virtualmente uma tarefa de tempo integral para todos os membros adultos da tribo, pelo menos no sentido de que na prática eles não estendem suas atividades econômicas muito além disso. Porém, em uma comunidade civilizada, não é possível para todos despendar todo o seu tempo nestas atividades básicas: deve haver pelo menos alguns membros da comunidade que tenham suficiente *lazer* – no sentido técnico de ser liberado de produzir diretamente as necessidades materiais da vida – para governar, organizar e administrar uma sociedade complexa (...). Tais pessoas devem ser pelo menos parcialmente liberadas das tarefas mais rudes para assim poderem cumprir suas funções especializadas. Isto significa que eles terão de ser mantidos pelo resto da comunidade, ou por parte dela (...). Os produtores terão agora de produzir mais do que eles próprios consomem – em outras palavras, um excedente.<sup>22</sup>

Para Marx e Engels, o desenvolvimento das forças produtivas que resultou da extração de excedentes tornou possível a exploração do trabalho e a divisão da sociedade em classes. O processo de separação entre trabalho manual e intelectual, isto é, a exploração e a função de controle exercidas por este último sobre o trabalho de transformação da natureza – necessariamente manual – constitui a essência da argumentação marxiana relativa à gênese da exploração de classe. Nesse sentido, todas as formas sociais específicas baseadas na existência de classes mantêm a determinação essencial de explorar trabalho manual – aquele que produzirá a riqueza da sociedade. Com base nisso, Ste. Croix afirma que a história humana pode ser compreendida a partir das distintas formas de apropriação do excedente. No caso de seu objeto de estudo, Croix afirma que o único modo capaz de garantir a máxima extração de excedentes no mundo antigo era por meio da exploração de trabalho não-livre, principalmente escravo.

De acordo com Eric Hobsbawm, "*enquanto pode-se afirmar que as classes em seu sentido objetivo existem desde o rompimento de uma sociedade baseada essencialmente no parentesco, a consciência de classe é um fenômeno da moderna era industrial*". Dito de outro

<sup>19</sup> Idem, p. 79.

<sup>20</sup> Idem, p. 25.

<sup>21</sup> Idem, p. 35-6.

<sup>22</sup> Idem, p. 36-37. Grifo do autor.

modo, “*sob o capitalismo, a classe é uma realidade histórica imediata e de alguma forma diretamente experimentada, enquanto em épocas pré-capitalistas ela pode ser meramente uma construção analítica que dá sentido a um conjunto de fatos de outro modo inexplicáveis*”.<sup>23</sup> Para Hobsbawm, que identifica certa “ambiguidade” no tratamento das classes sociais realizado por Marx, o “sentido objetivo” do termo “classe” - que se refere, especialmente, aos “*grupos de exploradores e explorados que, por razões puramente econômicas, são encontrados em todas as sociedades posteriores à comunal primitiva*” - é utilizado na passagem de abertura do Manifesto Comunista e para os propósitos gerais do que seria uma “macro-teoria” marxiana. O segundo sentido, por sua vez, introduziria um “elemento subjetivo” no conceito de classe: a consciência de classe. Ambos os sentidos de classe, adverte o autor, não estão em conflito.<sup>24</sup>

Segundo Hobsbawm, para o historiador, definido como “*o estudante da micro-história, ou a da 'história como esta aconteceu' (...) como algo distinto dos modelos gerais e abstratos de transformação histórica das sociedades, classe e o problema da consciência de classe são inseparáveis*”. Ademais, a “*classe em seu sentido pleno*” apenas existiria “*no momento histórico quando as classes começam a adquirir consciência de si mesmas como tal*”.<sup>25</sup> Ste. Croix apenas aceita essa afirmação dando à expressão “em sentido pleno” o maior peso possível e considera equivocada a idéia de que o “sentido objetivo” identificado por Hobsbawm corresponderia a uma “macro-teoria de Marx”.<sup>26</sup>

Em relação a E. P. Thompson, outro historiador que empregou o conceito de classe em sua obra teórica, a crítica de Ste. Croix segue o mesmo curso da empregada por outros autores, tais como Gerald Cohen e Perry Anderson, que acusam Thompson de desprezar as determinações objetivas ou estruturais e identificar a existência de classes apenas na presença de consciência de classe. Nessa e em outras confrontações críticas com autores que acredita terem compreendido de forma equivocada a concepção de classe de Marx,<sup>27</sup> Ste. Croix busca reafirmar não apenas a definição de classe que ele considera como uma interpretação mais correta da teoria marxiana,<sup>28</sup> mas também a sua convicção de que categorias

distintas - como a de *status*, por exemplo - são instrumentos inferiores para a análise da sociedade antiga.

Não há aqui espaço para explorarmos com maior profundidade a obra de Ste. Croix, a qual aborda mil e quatrocentos anos de história ao longo de setecentas páginas, a partir de uma enorme quantidade de fontes. Assim, nos resta apenas mencionar que o autor, através de uma análise de classe, oferece explicações para a gradual extinção da democracia grega (pelos “*esforços conjuntos das classes proprietárias gregas, dos macedônicos e dos romanos*”), assim como para a desintegração final de grande parte do Império Romano. Para Ste. Croix, o sistema político romano facilitou uma exploração econômica intensa e destrutiva da grande massa da população, fosse esta livre ou escrava, tornando impossível a realização de qualquer reforma radical.<sup>29</sup>

Em suma, a meu ver, Ste. Croix conseguiu captar a essência da visão marx-engelsiana sobre a natureza da sociedade de classe, e isso o permitiu estender as determinações teóricas acima apresentadas para validar a sua argumentação específica em relação ao mundo antigo. A sua abordagem de classe, apresenta indiscutíveis avanços para o entendimento dos processos sociais envolvidos no desenvolvimento destas sociedades, especialmente em relação à weberiana, que é a postura teórica predominante nos estudos sobre este período.

Apresentando um incomum domínio sobre as fontes antigas, e distante da atitude de impor ao material empírico uma teoria concebida *a priori* que independa das determinações particulares de seu objeto de estudo, Ste. Croix fundamenta e problematiza as especificidades do mundo antigo e seus processos de mudança histórica. A interpretação que oferece sobre alguns dos pontos fundamentais da teoria marx-engelsiana mantém, apesar de alguns equívocos, a originalidade das propostas dos fundadores do materialismo histórico e dialético. Acima de tudo, sua análise sobre o mundo antigo refuta as críticas que afirmam uma pretensa insuficiência do marxismo em explicar épocas históricas anteriores ao capitalismo. E isto se deve, sem dúvida, ao fato de Ste. Croix conservar a essência da postura teórico-metodológica de Marx e Engels: como certa feita afirmou Lenin, realizar uma análise concreta de uma situação concreta.

Artigo recebido em 30/10/2010

<sup>23</sup>HOBSBAWM, Eric. “Class Consciousness in History”. In: ALCOFF, Linda Martín, MENDIETA, Eduardo (orgs.). *Identities – race, class, gender, and nationality*. New York, Blackwell Publishing, p. 127-8.

<sup>24</sup>Idem, ibidem, p. 126.

<sup>25</sup>Idem, ibidem, p. 126.

<sup>26</sup>Croix, op. cit., p. 62-3.

<sup>27</sup>Como por exemplo, M. I. Finley, R. Dahrendorf, J.-P. Vernant e Pierre Vidal-Naquet.

<sup>28</sup>Conforme Ste. Croix, “*classe* (essencialmente uma relação) é a expressão social coletiva do fato da exploração, a maneira através da qual a exploração é corporificada em uma estrutura social”. Exploração “é a apropriação de parte do produto do trabalho alheio” (p. 43-4). O termo “luta de classes” é empregado pelo autor para expressar “a relação fundamental existente entre as classes (...) envolvendo essencialmente a exploração ou a resistência a ela”. A luta “não supõe necessariamente uma ação coletiva por parte de uma classe como tal, e pode incluir ou não uma atividade no plano político, embora tal atividade política torne-se cada vez mais provável à medida que se agudiza a tensão da luta de classes” (p. 44).

<sup>29</sup>Idem, ibidem, p. 326.